

Sarney autoriza compras que proibira em novembro

Cleber Praxedes

Brasília — Não só os preços de diversos produtos estão descongelados, mas também os decretos de contenção de despesas baixados após o Plano Cruzado pelo presidente José Sarney não estão sendo mais cumpridos. Na segunda-feira, o presidente autorizou cinco ministérios, a Procuradoria-Geral da República e a Receita Federal, em caráter excepcional, a fazer compras de mercadorias que estavam proibidas pelo Decreto 93.602. A Receita Federal recebeu sinal verde do presidente para adquirir 40 veículos para substituir os que se encontram "em estado precário".

O decreto de Sarney resistiu apenas 31 dias. Baixado no último dia 21 de novembro, o decreto presidencial veda, até 31 de dezembro deste ano, a adoção "de procedimento licitatório e a emissão de empenho destinados à aquisição de equipamentos e material permanente, nos órgãos e entidades integrantes dos sistemas de serviços gerais".

Os ministros de Estado e os dirigentes de órgãos, ao encaminhar

seus pedidos ao ministro da Administração, Aluizio Alves, que pediu a autorização a Sarney, alegaram que as solicitações se incluíam no item do decreto que menciona as aquisições já adjudicadas e as autorizadas, em caráter excepcional, pelo presidente da República. Os pedidos da Secretaria da Receita Federal foram feitos ao ministro da Administração pelo secretário-geral do Ministério da Fazenda, José Carlos de Abreu.

Os ministérios que pediram autorização de compra ao presidente da República foram os do Trabalho, Comunicações, Saúde, Extraordinário para Assuntos de Irrigação e Ciência e Tecnologia.

A Receita Federal está autorizada pelo presidente a adquirir, além de 40 carros, 28 teleimpressoras, com preço de Cz\$ 1 milhão 698 mil 620, móveis destinados a substituir "os sem condições de aproveitamento" na nova sede da Inspetoria Regional Federal de Salvador, que se encontra em fase final de construção, no valor de Cz\$ 2 milhões 389 mil 108, e máquinas copiadoras para a Inspetoria Regional Federal em Foz do Iguaçu e a Divisão Aduaneira

de Controle em Curitiba, no valor de Cz\$ 211 mil 650.

O ministro da Saúde, Roberto Santos, em sua exposição de motivos ao ministro Aluizio Alves, justificou o seu pedido afirmando que os equipamentos, máquinas, implementos e serviços voltados para a modernização e automação de procedimentos e atividades "objetivam dar cumprimento ao programa de trabalho do ministério com a troca do equipamento de processamento de dados e a implantação da rede nacional de informações de saúde, que efetuará a interligação dos órgãos do Ministério da Saúde com seus congêneres estaduais".

Processos em andamento

Todos os ministros justificam os seus pedidos alegando que o decreto do presidente José Sarney pegou os processos para as compras em andamento. Roberto Santos alegou que "a possível economia advinda da suspensão das licitações redundará em prejuízo maior ao poder público".

Para o ministro da Irrigação, Vicente Fialho, o Decreto 93.602

"incide frontalmente sobre as metas programadas para o corrente exercício, implicando defasagem no cronograma de execução do programa nacional de irrigação, que se insere dentre os compromissos assumidos pelo governo de fomentar ações necessárias a transformar em realidade a agricultura irrigada, permitindo o melhor aproveitamento de áreas subutilizadas e reduzindo os efeitos dos riscos climáticos". O ministro quer comprar equipamentos e materiais permanentes para a eletrificação rural, obras de macrodrenagem, perfuração de poços, suporte de irrigação, aproveitamento hidroagrícola e outros.

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, justificou o seu pedido informando que, pelo programa de trabalho do seu ministério, são feitas duas licitações por ano: uma entre janeiro e fevereiro, para aquisição de material de consumo e impressos em geral, e outra em outubro e novembro, para aquisição de equipamentos.

Afirmou o ministro que todas as etapas preparatórias relativas à última licitação já foram adotadas: "Os

equipamentos e materiais a serem adquiridos são imprescindíveis à manutenção e operação do ministério", argumentou, acrescentando que os recursos orçamentários necessários para a cobertura das despesas "comportam-se, plenamente, nas disponibilidades próprias... sem que haja qualquer comprometimento às demais despesas".

Melhoria dos serviços

Para o coordenador do pacto social, ministro do Trabalho Almir Pazzianotto, no âmbito do seu ministério o decreto presidencial colheu em andamento vários processos licitatórios "para a aquisição de equipamentos e materiais destinados à melhoria da infra-estrutura física de diversas unidades do ministério e cujos recursos já foram destacados". Pazzianotto ressaltou que os bens a serem adquiridos, no valor de Cz\$ 22 milhões, "são significativos para apoiar o desempenho das atividades e proporcionar a melhoria dos serviços prestados aos trabalhadores."

No Ministério da Ciência e Tecnologia, o INPE (Instituto de Pes-

quisas Espaciais) conseguiu autorização do presidente José Sarney para utilizar verba de Cz\$ 79 milhões 700 mil na compra de bancadas e mobiliário para as salas do Laboratório de Integração e Testes; sistema de computação para o Centro de Controle de Satélites e para o Centro de Previsão Meteorológica e Climatológica; sistema de rastreamento e controle dos satélites, e equipamentos diversos e material permanente para os laboratórios. O INPE, segundo o ministro Aluizio Alves, tem a responsabilidade pela elaboração do projeto e construção do satélite brasileiro, dentro do programa Missão Espacial Completa Brasileira.

Por último, é a Procuradoria-Geral da República que quer se modernizar. A procuradoria foi autorizada pelo presidente Sarney a adquirir microcomputadores para o Ministério Público Federal. No caso da procuradoria, a tomada de preços não estava em andamento e o ministro Aluizio Alves pediu autorização, "em caráter excepcional, de licitação para a aquisição de microcomputadores".